

CONFLITOS SOCIAIS E CONDIÇÃO DA TERRA EM ITINGUÇU:

um bairro situado na fronteira da
Estação Ecológica Juréia-Itatins e Peruíbe¹

Nilce da Penha Migueles Panzutti²

1 - INTRODUÇÃO

Este trabalho tem a finalidade de analisar as relações entre um fato político local, a conjuntura mais abrangente e o efeito da política pública aplicada na área de preservação ambiental - a criação da Estação Ecológica Juréia-Itatins (EEJI), Estado de São Paulo. Trata-se de tomar os eventos não como fatos isolados, contidos na vida cotidiana de um grupo de moradores de um bairro situado dentro de uma Unidade de Conservação, o bairro de Itinguçu, mas desvendar as relações existentes entre esses fatos e as ações ou omissões governamentais. Partindo das relações internas presentes no cotidiano de uma história local, busca-se o sentido que lhe dá a história, enquanto processo mais amplo.

A área de Itinguçu é de domínio do Estado de São Paulo e uma região de preservação permanente. Esse processo inicia-se em 1987, após a criação da EEJI. Naquela ocasião, foi elaborado um cadastro geral de todas as pessoas residentes, e o Estado iniciou um encaminhamento para indenizar os proprietários (comprovados) pelo valor da terra nua em que os posseiros teriam o usufruto dos sítios. Todavia, até hoje não foram solucionados os problemas fundiários e domaniais, imprescindíveis do ponto de vista da sustentabilidade dos residentes.

2 - ANTECEDENTES

A luta pela terra tem se intensificado

¹Itinguçu, Utinga Grande e Itinga, são as diversas denominações para o mesmo bairro: Itinguçu. Este trabalho faz parte da pesquisa NPR663, cadastrada no Sistema de Informações Gerenciais dos Agronegócios (SIGA), baseado em Tese de Doutorado da autora (PANZUTTI, 2002).

²Socióloga, Doutora, Pesquisadora Científica do Instituto de Economia Agrícola.

muito no Brasil nas últimas décadas, principalmente a partir de 1970, em decorrência do avanço do capitalismo no campo e o crescente empobrecimento dos trabalhadores rurais.

A natureza das lutas pela terra no País relaciona-se basicamente a duas concepções de propriedade da terra: a "terra de exploração", apropriada pelo capital com a finalidade de produzir lucros crescentes através da exploração do trabalho e da especulação; e a "terra de trabalho", baseada no direito popular de propriedade familiar, tribal, comunitária e de posse. Conservando o princípio da propriedade privada, esta modalidade, no entanto, deve ter uma "destinação social". Esse tipo de propriedade expressa mais o desejo de posse e uso do que o de propriedade e, nesse sentido, é mais um instrumento de trabalho através do qual o trabalhador obtém os meios para a reprodução de suas condições de vida³.

Em Itinguçu, encontram-se posseiros afeitos a "terra de trabalho". Esses têm uma história na região que data do final da década de 60, quando vieram do meio rural de seus estados de origem (Minas Gerais, Bahia, Pernambuco) em busca da realização de um projeto de autonomia camponesa.

Dentro dos limites da EEJI, Itinguçu insere-se no cenário mais amplo da região do Vale do Ribeira, que não participou do ciclo do café e onde perdurou a agricultura de subsistência implantada após o final do ciclo do ouro. A partir da década de 70, inicia-se explosiva ocupação fundiária e exploração predatória dos recursos naturais. Essa região ampla e inexplorada, com grandes extensões de terras devolutas e igualmente número de propriedades sem divisas definidas, a pequena distância da cidade de São Paulo, possibilita alta e rápida valorização, em

³MARTINS (1980) fundamenta teoricamente o conceito de propriedade capitalista diferenciando-a da propriedade familiar.

que as grandes empresas, principalmente agro-pastoris, madeireiras e imobiliárias também vêm a possibilidade de atuação. Transforma-se, então, num grande atrativo para grileiros contratados exercerem forte pressão sobre os donos das terras ou posseiros.

ZAN (1986), baseado em dados do IBGE, Censos Agrícolas de 1960, 70 e 80 sobre o aproveitamento de terras, afirma que a diminuição de estabelecimentos rurais, principalmente na década de 70, acompanhada pela ampliação da área ocupada, demonstra a tendência à concentração da propriedade, formação de latifúndios por empresas e pessoas ligadas à exploração florestal, reflorestamento, mineração ou especulação imobiliária, estimuladas pela política de incentivos fiscais e financeiros adotada pelo Estado e por instituições públicas. O autor aponta o aumento das áreas ocupadas por lavouras no período 1960-80 e a significativa expansão das lavouras permanentes em detrimento dos cultivos temporários, consolidando um processo de "incorporação"⁴ que proporcionou a modernização do chamado "cinturão mercantilizado".

Observa ainda que a tendência da organização empresarial das atividades produtivas da região do Ribeira acentua-se nos anos 70s, refletindo no deslocamento da força de trabalho regional. Aparentemente contraditório, o mencionado processo de incorporação ao mesmo tempo que acelera a concentração fundiária, a expansão do "cinturão mercantilizado" e as transformações nas relações sociais de produção da região, promove a integração da Baixada do Ribeira ao chamado "mercado nacional de trabalho". No entanto, como bem observa MARTINEZ (1995), nesse processo alguns resquícios de épocas anteriores permanecem abrindo espaço para a resistência. Assim, no processo de inclusão do Vale do Ribeira à lógica do capital, os bananicultores resistiram, lutando pela manutenção de sua terra e do modo de vida, sem estar alheios à dinâmica de mercado e aos benefícios, como saneamento básico, rede elétrica e condições para o escoamento da produção. *"Para os pequenos produtores a melhoria das condições de vida e de produção se apresentavam como meio de manter a*

⁴Sobre esse processo, consultar MÜLLER (1980). Refere-se à "incorporação" à dissolução do antigo bolsão de estagnação, criado pela cafeicultura, e abertura para os fluxos mercantis, consolidando paulatinamente a subordinação da região ao capital urbano-industrial.

terra" (MARTINEZ, 1995), espaço de trabalho de onde retiravam a reprodução da vida.

"A desintegração da agricultura de subsistência de caráter familiar, a mercantilização e tecnificação das lavouras comerciais e a crescente especulação fundiária de um lado e a expansão do sistema viário acabam por determinar grande evasão populacional" (ZAN, 1986). Por apresentar grandes reservas de terras devolutas ou não efetivamente ocupadas pela proximidade da área metropolitana paulista, Itinguçu é de fato uma região que atrai pequenos posseiros naturais de outras áreas do País (ZAN, 1986). Os dados da história e do modo de vida dos moradores do local, que foram obtidos através de pesquisa de campo, realizada em 1998 e 1999, sugerem a participação desse contingente humano nesse movimento.

Concorda-se com o autor quando este afirma que na imbricação dos diversos processos intensifica-se no Vale a luta pela terra. O desenvolvimento da agricultura mercantil, a crise do modo de vida caipira, a concentração da propriedade, a especulação fundiária e a complexa titulação dos imóveis encontram-se na base dos conflitos de terra.

Os melhoramentos públicos, os incentivos destinados à região valorizaram efetivamente as terras, o que devido à complexidade e falta de titulação, facilita a especulação imobiliária. A indiferença governamental quanto à regularização das glebas ocupadas propiciou a ocorrência de conflitos entre posseiros, grileiros e possuidores de títulos de propriedade. Em mapeamento realizado pelo Grupo de Resolução de Conflitos de Terra, ligado à Superintendência do Desenvolvimento do Litoral Paulista (SUDELPA), dos 83 pontos de conflitos, 40 encontram-se nos nove municípios que compõem a Baixada do Ribeira, e doze só em Iguape.

3 - SOBRE A PESQUISA

O levantamento das informações sobre as quais este trabalho está baseado se deu fundamentalmente através da reconstrução histórica de acontecimentos do período, utilizando-se de documentos guardados, como jornais, panfletos distribuídos na época, anotações e arquivos do Departamento de Proteção dos Recursos Naturais (DPRN); mas, sobretudo, da disposição de pessoas que vivenciaram à época o episódio em relatar os fatos. Dessa forma, foram entrevistados ex-

moradores de Itinguçu, ex-funcionários do DPRN de Peruíbe e ex-vereadores da Câmara Municipal de Peruíbe, na própria cidade e em Santos. Essas entrevistas foram realizadas nas residências das pessoas, no escritório do DPRN-Santos e uma foi realizada numa praça pública de Peruíbe. Com o objetivo de captar melhor a vivência pessoal dos entrevistados, utilizou-se nas entrevistas do discurso livre. Os relatos foram confrontados com documentos pessoais, fotos e recortes de jornais da época. Para o levantamento dos conflitos atuais entre moradores e a Estação Ecológica, utilizaram-se informações dos moradores e observação direta na reunião com as autoridades locais, sendo nesta permitida a presença na qualidade de observadores. A utilização desses recursos de pesquisa possibilitou a obtenção de resultados qualitativos, com a reconstituição histórica do conflito que, de outra forma, não poderia ser capturada, pois os moradores atuais não se dispunham a comentar aqueles episódios tristes do passado.

4 - CONFLITO ARMADO

Os conflitos de terras na área de Itinguçu datam do final dos anos 70s, quando uma das “proprietárias” contratou jagunços para bloquear a estrada municipal aberta pela SUDELPA e impedir que os moradores a utilizassem para o escoamento da banana que comercializavam, assim como para o transporte de alimentos trazidos de Peruíbe. Houve ameaças, espancamento de posseiros, queima de casas, plantação e criação.

Na década de 80, Itinguçu foi novamente palco de conflitos de terra entre posseiros, “proprietários”, grileiros e pretensos proprietários, que culminou na morte de jagunços e prisão de oito posseiros. Através de depoimento colhido de técnica que trabalhava na área naquela época, obteve-se o histórico do conflito, que foi registrado pela imprensa (EMBOSCADA, 1986).

Posseiros procuraram a polícia e o juiz local naquela ocasião para solucionar o problema, mas devido às dúvidas sobre o local da jurisdição (se era de Iguape ou Peruíbe), não foi encontrada uma solução por parte das autoridades. Assim, os posseiros organizaram-se, derrubaram a cancela e expulsaram os jagunços a tiros. Nesse conflito morreram dois posseiros e um capanga. A polícia apareceu no local três dias depois e nada conseguiu apurar.

Em 1983 o bairro volta a ser palco de violência. A área havia sido vendida e o novo “proprietário” tentou novamente fechar a estrada. Nessa oportunidade, ameaçou cortar o abastecimento de água da Escola e do Postinho (Saúde), construídos pelos moradores em sistema de mutirão.

Tentativas de negociação entre posseiros e “proprietários” foram intermediadas pela SUDELPA, sem qualquer acordo entre as partes. Em dezembro de 1983 ocorre um segundo confronto, deflagrado pela queima do jipe de um posseiro, utilizado pelos moradores para o transporte de doentes até Peruíbe e para outras necessidades. Houve dois mortos e dois feridos, os quatro empregados do “proprietário”. O clima de tensão e violência era muito grande e os moradores dividiam-se diante as propostas que lhes eram feitas. A maioria dos posseiros estava disposta a se organizar e resistir, mas alguns fizeram acordos vendendo suas posses e/ou tornando-se empregados dos grileiros. O conflito passou a se dar não só entre posseiros e “proprietários”, mas entre os próprios posseiros. O resultado foi a morte do filho de um posseiro numa emboscada organizada por outros posseiros.

A luta pela permanência na terra favoreceu a organização dos posseiros, que melhoraram a estrada e arrumaram o leito dos rios para facilitar a travessia e assegurar a comercialização da banana, que entendiam ser uma garantia da permanência na terra. Com esse propósito, organizaram uma Cooperativa, a Cooperativa dos Produtores Agrícolas do Litoral Sul (COPALIS).

Nesse cenário tenso atuava também a Empresa Nuclear Brasileira S.A. (NUCLEBRÁS), com a qual os moradores indispunham-se, dadas as proibições de reforma, ampliação das casas e rodízio das plantações.

Um palmitreiro, que tinha fábrica dentro da área que hoje pertence à Estação Ecológica e apresentou propostas de compra de algumas posses não aceitas, foi responsabilizado por uma emboscada em que morreu Yoshio Moritani⁵, e

⁵A presença japonesa na Baixada do Ribeira data do início do século XX. Em 1908, os primeiros imigrantes japoneses desembarcaram no porto de Santos em decorrência da assinatura de um contrato entre o governo paulista e a “Companhia Imperial Japonesa de Imigração”. Em 1912 um novo contrato foi assinado, dessa vez já endereçado à Baixada do Ribeira. A Companhia Japonesa recebeu, por esse contrato, as seguintes vantagens: a) concessão de 50.000ha de terras devolutas na zona do Ribeira para criação de uma área de colonização japonesa; b) isenção de impostos durante cinco anos; c) recebimento da quan-

seu irmão Sadao foi gravemente ferido por um pistoleiro a mando do mesmo palmeiteiro.

Em novembro de 1984 outro posseiro foi morto, Kioshi Ise, dentro de sua própria casa. Possesores reivindicaram policiamento e proteção junto à SUDELPA e à Segurança Pública, contudo, sem ter sido atendidos. Essas mortes permaneceram impunes. Nem mesmo foi instaurado inquérito.

Em 1986, após a criação da EEJI, após terem procurado a polícia civil e militar e funcionários da Secretaria de Assuntos Fundiários sem obter proteção, os posseiros passaram a defender-se das ameaças. Em clima extremamente tenso, pistoleiros expulsaram a professora e o funcionário do Postinho (Saúde), disparando tiros nas paredes da escola e ameaçando os posseiros que transitavam sozinhos pelas estradas (BARTOLOME, s/d).

Na véspera do conflito a polícia militar esteve na área apreendendo armas e munição, mas aí não permaneceu. O confronto aconteceu na entrada de Itinguçu/Utinga Grande, perto da Escola Unidade Educacional de Ação Comunitária (UEAC) e ao lado da Cachoeira Paraíso, resultando no ferimento de um e morte de três pistoleiros. Em decorrência desse episódio, oito posseiros foram presos em meio ao impacto e a discussão da questão agrária no Vale do Ribeira.

O ex-posseiro de Itinguçu, ex-líder do conflito de 1986, preso e absolvido, hoje candidato a vereador de Peruibe (onde reside), relata os acontecimentos à época de sua prisão:

“E quando começou, por conta de grileiro, aí as coisas começaram a ficar feia. Eu fazia o registro na Secretaria de Segurança, em São Paulo, não tinha jeito, fazia BO na Delegacia, a polícia ia lá, prendia os bandidos, na mesma hora chegava o delegado, os caras eram funcionários, e soltava, na nossa cara” (Depoimento de A.B.S., Peruibe, 2000).

tia de 10 contos de réis por grupo de 50 famílias instaladas na área de colonização, desde que lá residissem há um ano. Em 1913 as concessões passaram para a "Brasil Takuschoko Kaisha", que em 1914 recebeu, em doação pela Câmara de Iguape, as terras situadas em torno do povoado de Jiporuva. Como sucessora dessa companhia, surgiu a Kaigai Kogyo Kabushiki Kaisha (K K K K) autorizada a operar no Brasil a partir de 1918. Uma das áreas onde se verificou o trabalho da Kaigai (859ha) situava-se à margem esquerda do Ribeira, pouco a noroeste de Iguape. Outros núcleos existiram em Registro e Sete Barras (PETRONE, 1966).

Tentativas de coerção e cooptação puderam também ser apreendidas:

“E sempre aquela pressão, né? Olha você é o líder do pessoal aqui, vamos te dar 10 alqueire escriturados, só pra perseguir você, pra tirar esse pessoal daqui. Vamo fazer uma lanchonete pra você, você vai ter uma quantidade de dinheiro. Igual ao meu pai, morava ali, meu irmão, meu sobrinho, se assentou ali, eu não aceitei. E eles sempre com aqueles homens sempre ali direto, as pessoas que não sabia assinar, eles faziam um acordo, né? mandava a pessoa colocar o dedo, tocava fogo no barraco de um, e sempre aquela pressão. E eu via, fazia BO, chamava a polícia, eles chegava lá agora prendia. Mais tarde chegava o delegado lá, soltava tudo. E até que enfim que deu aquele tiro-teio... e fomos obrigados fazer. Nós procuremos todos os meios, através da justiça, pra a gente ficar livre desse pessoal. E não conseguimos, o jeito foi apelar, aquela tragédia. Morreu 3 jagunços, um saiu baleado. Depois de 10 meses que eu fui preso. Até o advogado nosso...ele ficou tão sem força, que o delegado conseguiu, aí, prender ele. A gente preso, a gente via ele passar, e perguntava, doutor, ele nem olhava. Delegado pegou ele, foi direto pro fórum, e lá ele deu o depoimento dele de porta fechada, sofremos muito. Aí, o que que foi, fiquei ainda 2 anos e pouco ainda morando lá... Fui preso de uma maneira que... me seqüestraram justamente aqui, nem meu pai viu, nem minha filha viu, não deixaram avisar ninguém, tentaram me matar no caminho... daqui pra Iguape. Eu sei que foi uma tristeza. E a perseguição, sofri muito, sofri muito, viu? Sofri demais. Eu apanhei tanto na minha vida, que acho que nem um cachorro, nem com os cachorro se faz isso. Eu fiquei mais de 2 meses sem poder andar, só o pessoal que me visitava lá que sabe dizer como que eles me encontraram na cadeia. Em Itinguçu eu era tudo pro pessoal... eu defendia a Professora, os jagunços ameaçavam a Professora, falavam de fechar a escola, expulsar o pessoal, eu comecei a tomar a frente de tudo, né? Porque ali era uma comunidade, morava ali muitos anos, vivia sob o sustento da terra. Ninguém saía pra pedir nada pro governo, ninguém recebia ajuda de ninguém. Tinha morador que tinha mais de 60, 70 anos ali. Inclusive ainda tem muito morador lá que nasceu e criou-se ali, o cara tem mais de 80 anos que mora, ali. Então hoje em dia, o pessoal ali tá sofrendo. Uma vez eu fiz um, um desaba-

fo: e o governo? ele faz tanto assentamento de terra e não faz assentamento das pessoas que estão ali. Se ele quer a terra, pra fazer preservação, conversa com o povo, olha, tem uma terra boa, terra boa de agricultura, eu vou fazer uma casa, vou dar tanto terra, vou dar um financiamento pra vocês sobreviver. Enquanto aí eles perseguem. O Florestal, o pessoal da SMA... e quando eu saí da cadeia, eu saí sem ter um pão pra mim comer. E durante esses 10 mês que eu tive lá, meus filhos só pedia, pros outro pra comer, comia banana verde, quando sai de lá fiquei mais ou menos uns 3 meses comendo banana verde cozida. Uma pessoa que tinha tudo, tinha caminhão, puxava banana pra São Paulo, sai de lá sem nada. Cá família lá dentro, e aí só perseguição. E cê tá sendo perseguido, cê tá sendo ameaçado, tá sendo encurralado, qual o dever seu? Cê tem que sair. Foi o que aconteceu. Muitos que resistiram, eles tão lá, sob ameaça. Porque preservar é bom, mas tem que saber como é que o tipo da preservação” (Depoimento de A.B.S., Peruíbe, 2000).

O depoimento acima centra-se na questão da transgressividade gerada por um decreto, pela mudança da condição de moradores, que acreditaram ter encontrado um meio de reproduzir a vida.

A imprensa local denunciou a omissão das autoridades. Manifestações públicas foram organizadas por Associações de Posseiros e de Luta pelos Direitos Humanos, pela Comissão da Pastoral da Terra (CPT) e deputados ligados à região, em apoio aos presos. Fundos foram recolhidos para ajudar no sustento das famílias diretamente afetadas pelo conflito e no pagamento dos advogados de defesa para os presos. Um ano após as prisões, realizou-se o julgamento, desta vez em Santos, precedido de passeata de apoio aos posseiros e à Reforma Agrária. Os oito posseiros foram absolvidos, mas por recurso do promotor, o julgamento foi anulado e somente seis meses depois, em novo julgamento, obtiveram efetivamente a absolvição.

Tomando a análise de MARTINEZ (1995) sobre os conflitos como manifestações da resistência camponesa aos projetos governamentais na região do Vale do Ribeira, encontra-se eco para a afirmação de que o conflito de terras observado em Itinguçu não foi um fato isolado, mas um movimento de resistência mais amplo de todo o Vale do Ribeira.

Depois do episódio em que posseiros

foram presos, houve uma organização do grupo de mulheres para manutenção das famílias cujos chefes estavam presos. Junto a essas atuavam algumas lideranças de movimentos sociais, políticos e funcionários da Secretaria do Meio Ambiente, comprometidos em solucionar os problemas.

Da perspectiva dos “proprietários”, foi veiculada a seguinte matéria, através da imprensa local no jornal A Notícia (DOCUMENTOS, 1987):

“Utinga, ou Itinga (Itinguçu) tem uma história longa, com origens lavradas em Cartório há mais de um século. Nesta consta que por volta de 1870, Antonio José Maurício, através de Transcrição 6711/12 – Livro 3-Q do 1º Tabelião de Iguape vendeu uma porção de terras denominadas Itinga Grande a Fernando Rocca, conforme documento registrado no Livro 55 – fls. 183 daquele cartório de Iguape. Em 27 de outubro de 1892, Fernando Rocca passou, por escritura pública de compra e venda no tabelionato de Iguape, o Itinga para Bartollo Belli. Belli morreu em 1915 passando sua propriedade para processo de inventário que correu na 3ª Vara Cível e Comercial de São Paulo, decidindo-se pela partilha do bem inventariado em 13 de setembro de 1919 aos dois filhos de Bartollo Belli, legítimos herdeiros Bruno Belli e **Bruto Belli** cuja escritura de outorga direito de propriedade a esses estaria lavrada no Livro 3-E – Folhas 132, com transcrição n. 2775. Em 30 de maio de 1975 os irmãos Belli se constituíram em pessoa jurídica, dando origem à COMUR-Cia. De Melhoramentos Urbanos e Rurais à qual passaria a propriedade de Itinga.

Com o falecimento dos irmãos Belli foi dissolvida a COMUR em março de 1979 pelas respectivas esposas: Cora Belli Pinotti Gamba e Maria Belli Bei, voltando Itinga a ser propriedade de pessoas físicas. Em maio de 1979 Maria Belli Bei doou sua parte, a metade, para Renata Maria Salles Nemer; logo após, Cora **Belli** Pinotti Gamba fez o mesmo, passando toda a extensão de Itinga para a propriedade de Renata Maria Salles Nemer.

Após conflito com tiroteio e mortes entre posseiros e empregado de Renata, em 1983, o Itinga acabou sendo vendido para Genésio Vieira e Mairós Lahyde, conforme transação datada de 29 de julho de 1983 (Livro 76, Folhas 98/100 do 4º Cartório da Comarca de Jundiá).

Em dezembro do mesmo ano, posseiros expulsaram Genésio num episódio em que morreram dois de seus empregados e o filho de um dos posseiros instalados no Itinga.

Em maio de 1985 José Eugênio de Barros Mello Filho e José Alberto de Barros Mello se aventuraram comprar de Genésio a terra conforme lavrado no Livro 83, folhas 49 do Cartório de Registro Civil e Anexos da Comarca de Itu”.

Na opinião do articulista, embora o Itinga pertença de fato aos Mello, proprietários e posseiros perderam o direito de usufruto sobre a terra devido à criação da Estação Ecológica da Juréia-Itatins, e os proprietários esperam a desapropriação e indenização devidas.

No entanto, em MARTINEZ (1995) encontra-se o seguinte relato sobre o problema de titulação do bairro, com a abertura da estrada construída pela SUDELPA, baseado em informações do dossiê “Posseiros do Utingão Fazem Denúncias”: *“A partir daí (abertura da estrada pela Sudelpa) apareceram sete pretendentes à propriedade dessas terras; Cora Belli Pinotti Gamba e Renata Maria Belli Bei, que reivindicaram a posse da terra, baseadas no documento de Matrícula n. 80.072 do Registro Imobiliário de Iguape; os titulares da empresa Green Village S/C Ltda., que dizem ser os proprietários da mesma área que Renata Maria Belli Bei, apresentando documento com Matrícula n. 89.194; Abílio Pereira Alves e Terezinha de Andrade Alves, com documento de Matrícula n. 15.227, cujos 500 alqueires pretendidos foram originários dos domínios de Luiz Roncatti; Joanna Junge, cuja origem da terra reivindicada também remontava a Luiz Roncatti, documento de matrículas ns. 62.558 e 84.124; Raymundo de Vasconcelos com título contido na transcrição n. 2.642 do livro 3-E da Transcrição das Transmissões, em Iguape; o sexto pretense proprietário deixou ao encargo do Delegado Pessin o acordo para a saída dos posseiros de uma área de 5.000 alqueires, o Estado de São Paulo, incluído entre os pretendentes, questionava a validade dos títulos com exceção dos de Belli Bei e de Raymundo de Vasconcelos, totalizando somente 500 alqueires da Serra dos Itatins e da Bacia do Una do Prelado”* (MARTINEZ, 1995, p.123).

5 - CONFLITOS RECENTES

A área de Itinguçu permanece hoje numa situação de conflito, mas agora o Estado é o

principal interlocutor dos moradores, constituindo também em principal obstáculo.

Recentemente, por ocasião da última fase do trabalho de campo realizado na área (março de 2000), presenciou-se uma discussão em torno de proposta conjunta da Procuradoria do Meio Ambiente de Peruíbe, Instituto Florestal em convênio com um banco alemão (KFW) e a Organização não governamental Centro de Orientação Ambiental Terra Integrada (COATI)⁶ para a discussão da proposta de organizar as “barracas” - lanchonetes em que se realiza o comércio destinado aos turistas que vêm visitar a Cachoeira Paraíso. A proposta inclui a coleta do lixo pela Prefeitura de Peruíbe e a limitação ou proibição da venda de bebidas alcoólicas no local. Com isso pretendem-se reordenar as “barracas”, tornando as instalações mais apropriadas para receber visitantes e controlar o trânsito de turistas na região (número de pessoas, horários e dias para visita, etc.), o que hoje não ocorre. Dessa reunião fez-se a seguinte avaliação:

A reunião foi realizada entre os moradores de Itinguçu; a COATI - com três representantes, sendo um advogado; o Diretor da Escola Vaz Caminha, de Iguape, sob a qual está subordinada a Escolinha de Itinguçu; o Instituto Florestal (IF), na pessoa do diretor da EEJI. Participaram também alguns políticos, vereadores de Peruíbe, representantes de Associações de outros bairros (Barra do Una), representantes da Central Única de Trabalhadores (CUT) e do Fórum Nacional da Agricultura Familiar. Devido ao clima de grande animosidade entre os moradores e as autoridades locais, não foi possível realizar a reunião que havia sido planejada, específica para a nossa pesquisa. Os moradores estavam bastante agressivos e desconfiados de tudo e de todos. Por essa razão e também pelo convite feito pelos moradores, conhecidos de outras visitas à área, participou-se apenas observando e registrando-se a reunião em gravador. Essa estratégia proporcionou excelente fonte de informações, tornando possível, inclusive, detectar conflitos e associações de interesses entre os presentes das diversas instituições.

A reunião convocada pelas autoridades mencionadas reuniu diversas finalidades. A COA-

⁶A COATI é uma ONG com sede em Barra do Una que atua na região, e se encarregou da denúncia de Itinguçu junto à Procuradoria do Meio Ambiente de Peruíbe.

TI aproveitou a oportunidade de fazer um contato coletivo com a comunidade, em que quis colocar-se como intermediadora, ou melhor, como representante e defensora da população local, no que foi veementemente rechaçada. Na verdade, no transcorrer da reunião soube-se que a COATI foi chamada pela Procuradoria do Meio Ambiente de Peruíbe para fazer essa intermediação entre o poder público e a comunidade, já que seu advogado presente declarou que a entidade foi “convidada” a participar por determinação da Promotoria Pública. O representante da Secretaria de Educação, que também é candidato a um cargo político em Iguape, quis que a reunião fosse uma Assembléia Geral para a constituição de uma Associação de Pais e Mestres (APM) da Escola Estadual Rural de Utinga Grande, como é chamada a escola local, separando-a da APM da Escola Vaz Caminha, à qual até então estava subordinada. O Instituto Florestal estava presente como responsável pelo local, tentando viabilizar o projeto de ordenamento da área das barracas, bem como encontrar uma alternativa para o des controle na visitação da Cachoeira Paraíso, que constitui um sério problema.

A estratégia montada para atingir esses diversos objetivos era conseguir o consentimento da comunidade para constituir uma APM que incluísse todos os moradores de Itinguçu - não se sabe como aqueles que não possuem filhos na escola vinculariam-se hoje -, para cuja área seriam transferidos os “barraqueiros” atualmente existentes (em torno de cinco) em instalações construídas com formato e dimensões pré-definidas em projeto já existente. Com esse procedimento, pode-se inferir que as autoridades locais descaracterizariam a condição de posse desses moradores, que vivem e lutam por esse local há mais de vinte anos.

A situação geográfica de Itinguçu é um dos elementos que propicia ora interferência, ora omissão das autoridades sobre os problemas locais. Sendo um bairro de fronteira, sob a jurisdição de Iguape, Itinguçu não tem comunicação fácil, não há estrada que ligue o bairro a esta cidade, da qual dista 50km. Liga-se diretamente com Peruíbe, cidade mais próxima (15km). É a administração de Peruíbe que arca com os serviços de assistência social e médica. Quando têm qualquer problema, é para Peruíbe que os moradores dirigem-se. Assim, não é incomum vereadores deste mesmo município apresentarem projetos para a câmara municipal que contemplem o

núcleo Itinguçu. Os serviços de infra-estrutura (transporte, coleta de lixo, posto de saúde), embora não satisfatórios, são também proporcionados pela prefeitura de Peruíbe. O abastecimento da população se faz nesta cidade.

Enquanto observadores dessa reunião, apreendeu-se que a população moradora não pediu que a COATI os representasse em momento algum, pois ela não tem o envolvimento adequado para representá-los e entrou nesse processo a pedido da Procuradoria, para realizar uma mudança na área. Essa ONG deixou explícito que tais mudanças, isto é, a organização da área, são determinações para que os moradores possam continuar trabalhando legalmente dentro da Estação Ecológica. Cabe observar aqui que a ilegalidade implícita nas atividades dos moradores deve-se à criação da Estação, sem considerar que quando ocorreu esse decreto, tais moradores já se encontravam na área. Eles não entraram para ocupar a área da Estação, a Estação se sobrepôs à ocupação dos moradores.

Apreendeu-se também sobre a maneira como foi encaminhado o processo de mudança, que se deu à revelia, sem o conhecimento e envolvimento da população moradora; no dizer de um dos moradores presentes, “de cima para baixo”.

Nesse sentido, o problema abordado na reunião foi a questão do comércio local, envolvendo diretamente os moradores que possuem comércio, não apenas os “barraqueiros”, (num total de cinco), mas também aqueles que já se estabeleceram com quatro carrinhos.

Um fato fica claro na reunião: em momento algum a preocupação das autoridades locais volta-se para a agricultura, o que era de se esperar, já que não é de interesse de uma Estação Ecológica o desenvolvimento dessa atividade. Todavia, existem inúmeros problemas afetos a esse setor e que não estão sendo abordados, evidenciando-se, assim, que a alternativa econômica local dirige-se cada vez mais ao comércio destinado aos turistas. Como não são todos os moradores que querem e podem se estabelecer no comércio, há que se pensar em soluções para aqueles que se mantêm na agricultura, mesmo precariamente, pelas restrições legais e endógenas, para os quais não existem outras alternativas de sobrevivência nem na cidade mais próxima, Peruíbe. Os moradores de Itinguçu não se encaixam no já restrito mercado de trabalho. Evidencia-se, assim, a necessidade da

busca de alternativas para a agricultura familiar, mesmo incipiente, com a finalidade de cessar o processo de marginalização dessas populações. O depoimento de um dos presentes à reunião ilustra muito bem isso: *"... sabe qual o medo da gente? É que se encontra muito irmão da gente, de Guaraú, que foi tocado da Juréia e tá no Guaraú... tá quase pedindo esmola. E nós não queremos pedir esmola, não.. nós queremos exigir nosso direito de ser respeitado. Não estamos pedido esmola"* (Pronunciamento de um morador).

O que se pôde detectar é que a "organização" das barracas é uma determinação judicial. A comunidade não foi ouvida, não foi considerada, apesar de estarem lá instalados há mais de vinte anos, isto é, antes da criação da Estação Ecológica. O texto transcrito abaixo do pronunciamento do advogado da COATI revela a forma desrespeitosa com a qual o representante da COATI conduziu a reunião entre autoridades e moradores: *"... nós fomos presenteados com um abacaxi, pra executar e colocar pano quente pra estar aqui explicando. O que é pano quente? Abacaxi é o problema, tá? E o pano quente é pra explicar pra vocês, que não fique dúvida, esse senhor fez uma colocação que é da maior maestria pra comunidade participar"*.

Nesse momento, uma moradora começa a falar e o advogado interrompe dizendo que o Diretor da Estação vai falar, e que até então as pessoas falaram coisas inoportunas. Outra moradora o contradiz. Mais adiante, o mesmo advogado afirma: *"... nós estamos numa situação... nós não podemos descumprir o que foi determinado"*, deixando claro o que foi também detectado por outro participante: *"... eu acho que a coisa aqui começou errada, justamente porque começou de cima para baixo... na verdade a comunidade tem que ser chamada a discutir essa questão, que diz respeito diretamente à comunidade... jamais se deve passar por cima da comunidade"* (Fala de um morador).

Em resumo, decisões sobre a vida da população estão sendo tomadas sem que eles tenham poder para interferir nas decisões.

6 - CONSIDERAÇÕES FINAIS

Observa-se hoje, em Itinguçu, o deslocamento das atividades agrícolas para o comércio direcionado ao turismo. Isto é, diante dos obstáculos à produção agrícola, os moradores criativamente buscam outra forma para a obten-

ção da renda. O comércio local, no entanto, é uma atividade incompatível para todos, enquanto alternativa de sobrevivência. Por essa razão, é objeto de disputas e conflitos. O comércio é motivo de conflito também com a Administração da Estação, em cujas atribuições inclui-se o controle e a organização do local, confrontando com o projeto de autonomia de autodeterminação dos moradores.

As condições atuais de não-acesso à posse e ao uso da terra promovem o direcionamento das atividades econômicas para o comércio destinado aos turistas, sobrecarregando os problemas já existentes.

O conflito armado de Itinguçu foi um marco da resistência camponesa ao processo de expulsão e luta pela terra. Após os episódios que tomaram lugar na década de 80, muitas famílias - existiam 60 inicialmente, hoje há aproximadamente 25 - retiraram-se do local. No entanto, para aqueles que permaneceram, os eventos contribuiram para o estreitamento dos vínculos de vizinhança e para o desenvolvimento de uma sociabilidade profundamente enraizada na luta pela "posse" da terra, elemento fundante da identidade grupal que até hoje contribui para a resistência a toda e qualquer ameaça.

No entanto, a questão sobre a condição identitária dessa população coloca-se da seguinte maneira: o que guardam os Itinguenses, hoje moradores de Unidade de Conservação, situação imposta por decreto, dos camponeses em busca do projeto de autonomia?

Assim, se a criação da Estação resolveu alguns problemas de conflitos locais, promoveu outros relacionados com as restrições legais a partir daí. Não foi possível até hoje solucionar as questões fundiárias e dominiais, que são prementes, do ponto de vista da sustentabilidade, uma vez que para os moradores, a indeterminação legal e dominial promove a estagnação, o abandono na atividade agrícola de subsistência e o redirecionamento das atividades para o setor da economia informal.

Do ponto de vista da administração pública, essa pendência é também um impedimento, pois a garantia legal e a incorporação das áreas ao patrimônio público não estão concluídas. Essa solução melhoraria muito a definição de programas de associações, órgãos e entidades governamentais e não governamentais.

Muitos dos antagonismos existentes hoje entre população e órgãos governamentais

decorrem das dificuldades originadas a partir da implantação de uma Unidade de Conservação sobre um espaço ocupado, habitado por pessoas que possuem costumes e necessidades cotidianas que nem sempre condizem com os princípios de preservação e nem foram levados em consideração.

Não se pode deixar de observar na trajetória e condição atual dos moradores de Itinguçu

o conflito muito atual de uma estrutura agrária histórica, extremamente concentrada, que continua excluindo e dando forma à violência, vigente pelo desespero e desesperança de conseguir uma vida digna. Os moradores de Itinguçu são uma face tangencial do amplo consenso existente entre as classes sociais no campo brasileiro, em que o latifúndio é hoje a base da permanência da forma de dominação reatualizada pelo *agrobusiness*.

LITERATURA CITADA

BARTOLOME, M. F. O caso Utinga Grande - Anexo I. [s.n.t.]. 6 p. Mimeo.

DOCUMENTOS de mais de cem anos. **A Notícia**, Peruíbe, SP, n. 7, 1^a. Quinzena mar. 1987.

EMBOSCADA em Utinga Grande: desta vez morreram três. **A Tribuna do Ribeira**, 8 mar. 1986.

MARTINEZ, M. C. **A ação governamental e a resistência camponesa no Vale do Ribeira - 1968/1986**. 1995. 207 p. Dissertação (Mestrado) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo.

MARTINS, J. de S. **Expropriação e violência**: a questão política no campo. São Paulo: Hucitec, 1980.

MÜLLER, G. **Estado, estrutura agrária e população**: estagnação e incorporação regional. **Cadernos CEBRAP**, Rio de Janeiro, n. 32, 1980.

PANZUTTI, N. P. M. **A caminho da terra**: a mata. 2002. 247 p. Tese (Doutorado) - Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas.

PETRONE, P. **A Baixada do Ribeira**: estudo de geografia humana. São Paulo: USP/FFCL, 1966. 366 p. (Boletim, n. 283).

ZAN, J. R. **Conflito de terra no Vale do Ribeira**: estudo sobre pequenos posseiros em luta pela terra no município de Sete Barras. 1986. 177 p. Dissertação (Mestrado em Sociologia) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo.

CONFLITOS SOCIAIS E CONDIÇÃO DA TERRA EM ITINGUÇU: um bairro situado na fronteira da Estação Ecológica Juréia-Itatins e Peruíbe

RESUMO: Este estudo tem por objetivo capturar a história de um conflito armado ocorrido na década de 70 entre posseiros e jagunços em Itinguçu, assim como analisar fatos locais mais recentes e efeitos da política pública aplicada em área de preservação ambiental, Estação Ecológica Juréia-Itatins, Estado de São Paulo. A pesquisa baseou-se na reconstrução histórica dos acontecimentos na década de 70, utilizando-se de documentos, jornais, anotações e arquivos de técnicos que trabalhavam na época no local, entrevistas com discurso livre de ex-funcionários do Instituto Florestal, Departamento de Proteção dos Recursos Naturais (DPRN), ex-vereadores, ex-moradores, ex-líder dos moradores e ainda na observação direta da comunidade reunida com autoridades locais. Os resultados qualitativos obtidos possibilitaram a reconstrução histórica dos fatos e o significado da perspectiva de seus protagonistas. Permitiram ainda a constatação de que há um deslocamento das atividades agrícolas para o comércio direcionado ao turismo e que, atualmente, estabelecem-se novos conflitos devido às restrições para o

estabelecimento do comércio e a não-solução das questões fundiárias e dominiais.

Palavras-chave: conflitos de terra, preservação ambiental, movimentos sociais rurais.

**SOCIAL CONFLICTS AND LAND STATUS AT ITINGUÇU:
a district located at the boundary of the Jureia-Itatins
Ecological Station (EEJI), Peruíbe, São Paulo State, Brazil**

ABSTRACT: This study has as objective to trace the history of an armed conflict between squatters and gunmen that took place in the 1970's in Itinguçu. Also, it has analyzed recent facts and effects of applied public policies in an environmental preservation area. The research was based on the historical reconstruction of events occurred in that period. Information was gathered from documents, newspapers, technical notes and files from technicians who worked at that place at that time; interviews with former workers from the Natural Resources Protection Department (DPRN) of the Forestry Institute; former employees, aldermen, dwellers and their leader; and from the direct observation of meetings between the community and local authorities. The qualitative results allowed for the historic reconstruction of the facts from their protagonists' perspective. Findings are threefold: a) there is a displacement from the agricultural activities to the local tourist trade, b) new conflicts are now arising due to obstacles to trade endeavors and c) land and dominion issues remain unsolved.

Key-words: land conflicts, environmental preservation, rural social movements.

Recebido em 20/02/2003. Liberado para publicação em 25/02/2003.